Partido Socialista/Açores
Grupo Parlamentar

INTERVENÇÃO ENCERRAMENTO DO DEBATE DO PROGRAMA DO XI GOVERNO DOS AÇORES

PRESIDENTE DO GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA AÇORES

BERTO MESSIAS

Senhora Presidente da Assembleia
Senhor Presidente do Governo
Senhoras e Senhores Deputados
Senhora e Senhores Membros do Governo

A aprovação do Programa do XI Governo dos Açores, para além de cumprir um preceito institucional consagrado estatutariamente, representa o ponto de partida para mais um ciclo da nossa autonomia regional.

Governo e Parlamento dos Açores, mais do que cumprir simbolicamente as legítimas aspirações autonomistas materializadas no nosso brasão, entram, a partir desta sessão legislativa, em plenitude de funções, procurando corresponder às elevadas expectativas que os açorianos depositam nos seus Órgãos de Governo Próprio.

Findo o período eleitoral onde, mais uma vez, os açorianos manifestaram um elevado sentido cívico e uma profunda maturidade democrática, a Região inicia, a partir de agora, uma nova etapa da Autonomia Regional.

Os Açorianos mostraram, mais uma vez, que o respeito pelas regras do jogo democrático e a sobriedade do exercício político são marcas impressivas da nossa Autonomia.

A forma como mais uma vez se processou o ato eleitoral nos Açores, com elevação, civismo e enorme maturidade democrática mostra que os Açores são hoje, também neste particular, um exemplo para o País.

As divergências políticas e ideológicas que existem na Região – e que hoje encontram eco nesta Casa da Autonomia – são a representação saudável de como a democracia funciona nos Açores, com transparência, sem sobressaltos e com profundo respeito pela soberana e lúcida vontade popular.

Os açorianos não podiam ser mais claros. Escolheram de forma inequívoca o rumo que pretendem para a nossa Região. Cabe-nos, por isso, como representantes eleitos acatar, com humildade a decisão do povo açoriano.
Estamos, por isso, convencidos que a lição democrática que os açorianos ensaiaram no passado dia 14 de Outubro não será, decerto, esquecida por todos aqueles que gozam, agora, do privilégio de os servir neste parlamento.
Tal não significa, porém, que os vencidos sejam menorizados pela maioria. Do mesmo modo que também não se espera que a minoria não saiba interpretar corretamente o resultado eleitoral.
Com a aprovação do Programa do XI Governo dos Açores encerra-se um capítulo formal da nossa arquitetura estatutária e inicia-se uma nova fase em que cada um deve saber interpretar o papel que lhes coube nas eleições.
A humildade democrática é válida quer para vencedores quer para vencidos.
É certo porém – e convém deixar muito claro – que, em democracia, não há lugar ao ressentimento nem a tentativas de ajuste de contas com a decisão popular.
Senhora Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo
Senhora e Senhores Membros do Governo

A legislatura que agora se inicia está repleta de desafios. Os tempos em que vivemos são de grande incerteza. O País encontra-se sob intervenção externa, diminuído nas suas capacidades e governado por dirigentes que não estão à altura dos pergaminhos da nação mais antiga da Europa.
Por outro lado, o espaço político europeu em que nos inserimos parece estar à beira do colapso, à medida que o humanismo, a solidariedade e o ideal da Europa comum são secundarizados pela lógica neoliberal da Senhora Merkel e dos seus acólitos tecnocratas, alguns dos quais hoje instalados no Terreiro do Paço.
É fundamental, por isso, que apesar das diferenças ideológicas que nos separam, os partidos representados neste parlamento saibam estar do lado dos açorianos sempre que a opção for entre a afirmação de uma via açoriana ou a repressiva austeridade radical imposta de fora.

A narrativa que hoje é repetida à exaustão não esconde os verdadeiros propósitos da agenda da austeridade nacional - Mudar – ou refundar como alguém já disse – o Estado Social sem preocupações ou remoques de consciência.

Não tenhamos ilusões. É previsível que, por detrás da suposta auréola reformista, venha mais uma tentativa de diminuir, condicionar ou menorizar a Autonomia que várias gerações de açorianos lutaram para implementar, preservar e defender.

Que fique muito claro. O Partido Socialista dos Açores irá manter-se vigilante e bater-se-á, sem tréguas, pela defesa da autonomia regional, nem que o tenhamos de fazer sozinhos, seja contra quem for.

Não confundimos cooperação com subserviência.

Não confundimos solidariedade com desresponsabilização do Governo da República nas suas obrigações para com os Açores, porque os açorianos não são portugueses de segunda.

A história de sucesso da autonomia dos Açores é hoje a prova material de que a afirmação da Portugalidade no meio do Atlântico só se fez com sucesso e com garantias de modernidade a partir da implementação do regime autonómico.

É pois fundamental que saibamos resistir aos ímpetos dos que se sentem tentados a promover um recuo histórico na relação entre a Região e o Estado.

Contamos, por isso, com todas as forças políticas açorianas na defesa do nosso património autonómico.

Contamos com todos os senhores deputados na denúncia da evidente contradição dos que, por um lado, fogem das responsabilidades que são devidas ao Estado e, por outro, não escondem a tentativa de reduzir as competências dos órgãos de governo próprio dos Açores.

Sejamos claros. A defesa da dimensão atlântica de Portugal só é possível com uma autonomia vigorosa que não seja comprometida pela visão redutora e pela estreiteza de pensamento estratégico que reduz Portugal à pequenez das circunstâncias financeiras.

Dessa forma, viveremos sem ambição de futuro, sem respeito pela herança histórica e sem sentido de Estado numa manifesta diminuição da nossa identidade política e cultural enquanto povo.

Senhora Presidente

Senhor Presidente do Governo

É por isso que a sustentabilidade do regime autonómico é, porventura, um dos maiores desafios que se colocam nos próximos quatro anos.

Apesar da boa gestão das nossas finanças públicas, apesar de sermos a única parcela do país que, nos últimos anos, se aproximou dos índices sociais e económicas da média europeia, apesar do salto qualitativo que demos nos últimos 16 anos, não estamos – como aliás nenhuma região está – imunes aos ventos da crise que assolam a Europa.

A diferença, porém, existe e é por demais evidente quer em relação à Região Autónoma da Madeira quer em relação ao território continental.

No primeiro caso, ninguém de boa-fé pode ousar comparar os Açores com o caos financeiro que, infelizmente, atingiu a Madeira. A autonomia açoriana é diferente da autonomia madeirense quer na gestão das contas públicas quer no modo como a democracia é exercida.

Em relação ao território nacional, também estamos conversados.

Enquanto que por lá a austeridade é - mais do que uma necessidade - uma obsessão ideológica do atual governo, aqui fazemos questão de proteger a matriz da proteção social que nos distingue quer como responsáveis políticos quer como povo que, ao longo da história, se habituou a enfrentar unido todo o tipo de adversidade.

É pois por isso que faz todo o sentido – por mais que desgoste a alguns dos presentes – falar de uma via açoriana.

Falamos dela e inscrevemo-la como matriz do nosso programa político porque, acima de tudo, respeitamos e temos orgulho na identidade cultural que faz dos açorianos um povo singular e solidário.

É por isso que, apesar de também termos que adotar medidas de contenção orçamental, fazemo-lo com a determinação própria de quem sabe que enfrentaremos as dificuldades unidos e sem deixar ninguém para trás.

Esta é, também, uma marca distintiva da autonomia açoriana que assumimos com orgulho.

O nosso modelo de desenvolvimento é, porventura, o projeto político com maior sucesso na história da democracia portuguesa.

Confrontados com uma assinalável dispersão geográfica que se reflete necessariamente na gestão quotidiana do serviço público, os Açores, apesar de todos os constrangimentos, são uma Região que já provou, por diversas vezes, ser capaz de se superar.

É por isso que, mais do que uma justa reivindicação, a Revisão da Lei de Finanças Regionais deve continuar a assegurar uma discriminação positiva relativamente aos Açores, com especial relevância para a manutenção da diferenciação fiscal e das transferências para a Região.

Sabemos que não será uma batalha fácil. Mas também aqui apelamos ao sentido açoriano de todas as forças políticas representadas neste parlamento para que se juntem ao Partido Socialista na defesa de uma aspiração legítima que serve, não só os interesses regionais como, sobretudo, o interesse nacional.

Senhora Presidente

Senhoras e senhores deputados

A proteção e a criação de emprego são, porventura, as ideias chave do Programa do XI Governo dos Açores.

Este é o desafio principal e a prioridade central do Executivo liderado por Vasco Cordeiro. O reforço das políticas ativas de criação e proteção de emprego constitui, nos tempos que correm, uma preocupação transversal a todos os setores da governação.

Conforme pudemos constatar, ao longo destes dias de debate, o Governo manifestou, igualmente, total abertura para, em diálogo com os parceiros sociais e restantes forças políticas, alavancar uma Agenda de Emprego como forma de combater os efeitos da crise internacional e o impacto das más decisões políticas do Governo da República.

Neste capítulo, assume particular relevância as apostas no Empreendedorismo, na Inovação, no aumento da competitividade e no reforço da solidariedade.

A implementação desta agenda açoriana para a criação de emprego deve ser a prioridade das prioridades, e deve começar imediatamente, concentrando todos os nossos esforços, em nome do futuro da nossa Terra.

Quero aproveitar a oportunidade para, novamente apelar à responsabilidade de todos os partidos políticos.

Em democracia, o papel da oposição é tão importante como a função de governar. Por isso, e nos tempos difíceis que enfrentamos, renovo a disponibilidade do Grupo Parlamentar do PS Açores para acolher todas as propostas que melhorem e aumentem as políticas ativas de emprego na Região.

O combate ao desemprego é uma tarefa de todos os agentes políticos.

Por isso, mais do que críticas estéreis que não resolvem problema algum, aguardamos propostas sérias, construtivas e responsáveis por parte da oposição.

Nós não nos acomodaremos à sombra de uma maioria. Estaremos sempre disponíveis para dialogar e acolher boas ideias e boas propostas.

Senhora Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Sr. Presidente do Governo

Senhora e Senhores Membros do Governo

O Programa de Governo que aprovamos neste Parlamento constitui, sobretudo, a assunção do compromisso eleitoral que o Partido Socialista firmou com os Açorianos.

Ao contrário do que aconteceu na República, não prometemos uma coisa na campanha eleitoral para aprovarmos outra depois das eleições.

Com o Partido Socialista, o contrato eleitoral assumido com os açorianos e o compromisso de confiança celebrado entre os açorianos e o Partido Socialista nas últimas eleições são para cumprir.

A afirmação da Via Açoriana representa, por isso, a melhor garantia de que os açorianos podem contar com o empenho e a determinação do Governo.

A proteção social sempre fez parte da matriz ideológica do Partido Socialista.

É por isso que, neste momento de adversidade, os açorianos sabem que contam com um Governo que assume a solidariedade e a proteção social como valores indispensáveis.

Quando em Portugal existe quem queira colocar em causa o princípio da solidariedade inter-geracional, nos Açores o Governo Regional garante a manutenção e o reforço de apoios sociais importantes, como o complemento regional de pensão, o complemento ao abono de família e o apoio à aquisição de medicamentos.

Ao mesmo tempo que asseguramos e melhoramos as políticas de proteção dos idosos, desenvolvemos políticas ativas para os mais jovens para que possam ter melhores instrumentos de acesso à vida ativa.

Porque nos Açores, apesar das dificuldades, não nos limitamos a encolher os ombros e a cometer a enorme indignidade política de aconselhar os nossos jovens a emigrar.

Nós queremos os jovens dos Açores, nos Açores, garantindo a permanência na Região de um dos nossos mais importantes recursos.

Não hipotecamos o futuro nem renegamos o passado. Nos Açores, todos - mas mesmo todos - contam.

Porque sabemos que uma sociedade sem um forte compromisso inter-geracional está condenada ao fracasso, também aqui faz todo o sentido afirmar uma Via Açoriana que repudia o modelo nacional que defende a lógica de cada um por si e que reduz cada cidadão a um número numa folha de excel.

Senhora Presidente

Senhoras e senhores Deputados

O Programa do XI Governo dos Açores representa a confiança renovada no nosso projeto de sociedade.

Um projeto de sociedade que elege a sustentabilidade como valor essencial. Em que a Agricultura, o Mar, o Ambiente, a Inovação, a Educação, a Saúde, o Turismo e as Acessibilidades concorrem para que, no meio do Atlântico, se continue a construir uma verdadeira Sociedade do Conhecimento.

É por isso que quem se diz contra a austeridade, quem se diz contra os cortes nos apoios sociais, quem se diz contra a desresponsabilização do Estado nas suas obrigações para com os Açores, quem se diz a favor do emprego como prioridade das prioridades tem de, naturalmente, apoiar este programa de governo.

Sabemos que são muitos os desafios que temos pela frente.

Sabemos, igualmente, que são vários os obstáculos que teremos que enfrentar.

Mas acreditamos que, apesar disso, os Açores podem ser uma referência da Europa no Atlântico.

A nossa reduzida dimensão não condiciona a ambição de afirmar e manter os Açores como uma Região de sucesso, onde o humanismo, a solidariedade e a sustentabilidade são valores essenciais do nosso modo de vida.

Os tempos em que vivemos são particularmente difíceis. Cabe, por isso, aos responsáveis políticos uma acrescida responsabilidade.

A recusa do facilitismo e da acomodação, o combate ao conformismo e à resignação são tarefas essenciais de todos os agentes políticos.

O pessimismo não pode ocupar o lugar do sonho e da ousadia.

Nos Açores continuamos a acreditar que somos mais, muito mais, do que aquilo que as meras circunstâncias ditam.

Temos mais de 500 anos de História. Sempre soubemos resistir às adversidades. Sempre fomos capazes de assumir teimosamente a nossa condição açoriana.

Saibamos pois, estar à altura dos desafios de hoje.

Saibamos honrar os nossos antepassados e lutar agora e sempre pelo direito inalienável à nossa Autonomia.

Vamos ao trabalho.

Viva a Região Autónoma dos Açores.

Disse

Horta – Sala das Sessões-Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

22 de Novembro de 2012